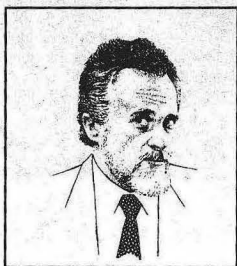


A expectativa do segundo turno

Com a proximidade do dia 3 de outubro, o segundo turno das eleições presidenciais mantém-se como probabilidade plausível. Se se confirmar, a campanha eleitoral terá grande chance de mudar de rumos. Com efeito, o maniqueísmo plebiscitário em torno do real, imprimido pelo governo e por FHC, produziu a sensação de que, dia 3, o eleitorado estará votando mais numa moeda que num presidente. Esta sensação tanto parece se confirmar pela experiência que, dos eleitores de FHC, a maioria vota nele, não por seu carisma ou por seu programa de governo, mas pelo real. Embora o surgimento do real seja um elemento da conjuntura eleitoral, é muito pouco para definir a escolha de um presidente.

A campanha de Lula terá de cumprir um papel decisivo para a mudança de rumos e a politização do segundo turno. Já chamei a atenção em outros artigos para o fato de que o impeachment e a CPI do Orçamento não foram em vão: criaram novos costumes e exigências na prática política. Essa constatação é confirmada pelo próprio processo eleitoral: os novos costumes custaram a candidatura de dois vices, de um candidato a presidente e o cargo de dois ministros. O presidente do



**A polarização
estará posta
na política
e nas
alternativas
de governo**

Congresso está com a candidatura ameaçada. A luta pela moralização produziu também um eleitorado mais racional e exigente quanto às propostas de governo.

Isso quer dizer que não basta a uma campanha presidencial formular denúncias e fazer o discurso da negatividade de uma realidade social de fato deplorável, com desníveis de renda e riqueza profundos. Parte significativa do eleitorado quer saber quais as propostas e alternativas de governo e como serão

viabilizadas caso o candidato venha a ser eleito. Se a campanha de Lula der prioridade a este caminho, souber buscar os apoios necessários e for capaz de definir um perfil de esquerda e centro-esquerda para o futuro governo e explicitá-lo ao eleitorado, *certamente* se livrará das amarras e limitações temáticas impostas pelo real.

A campanha de Lula, sem deixar de defender os direitos de cidadania das minorias sociais, deverá se dirigir prioritariamente a dois públicos. O primeiro, e isso já vem ocorrendo, é a imensa massa de excluídos. Mostrar como serão criados novos empregos e como o Estado atuará com políticas sociais para que as taxas de pobreza e fome, com todas as suas consequências, diminuam é uma tarefa que deverá ficar

mais clara no segundo turno.

Mas é preciso perceber que a maioria social hoje no Brasil não é formada pelos excluídos, mas por trabalhadores assalariados, classe média e pequenos e médios empresários. Esta maioria, embora não tenha interesses idênticos, tem muitos semelhantes. Quer a estabilidade econômica e busca novas oportunidades. A inflação alta afeta seu poder aquisitivo. Seus direitos sociais nas áreas de educação, saúde, previdência, habitação, etc. são precários. Mas ela luta para consolidá-los. E isso só pode ocorrer nos marcos do crescimento econômico com distribuição de renda. É propensa a apoiar as medidas de reformas políticas e econômicas que visem atingir esse objetivo. Por ter aspirações e esperanças na economia de mercado e na estabilidade econômica essa maioria foi impactada positivamente pelo real. É preciso que a campanha de Lula mostre a esta maioria que a estabilização econômica, embora necessária, não pode ser vista como um fim em si mesma. Tem de estar a serviço da promoção da cidadania e do bem-estar social. Toda estabilização, em primeiro lugar, produz determinados custos e necessita de ajustes fiscais e da modernização do Estado. Esses custos não podem aumentar o contingente de excluídos. O futuro governo deve criar alternativas para os setores sociais que vierem a ser afetados pela estabilização. Os cortes devem dar prioridade aos beneficiários do fisiologismo, do corporativismo e a engrenagem do desperdício.

Em segundo lugar, um ajuste econômico que implique crescimento não necessariamente produzirá, também, distribuição de renda e integração social, ao menos nos níveis que a sociedade exige para se tornar equilibrada. Penso que nisso consiste a principal diferença entre os projetos das candidaturas Lula e FHC. Um eventual governo Lula buscará atenuar, no curto prazo, os custos sociais dos ajustes na economia e no Estado. E, no médio prazo, realizar os objetivos do crescimento econômico com distribuição de renda e da integração social. Num eventual governo FHC não está definido quem arcará com os custos dos ajustes nem explicitada a natureza da reforma do Estado. Na medida em que sua aliança tende a compor um governo de centro-direita, temo que seu programa econômico produza custos sociais elevados e suas reformas políticas sejam pouco democratizantes.

As duas candidaturas têm, efetivamente, pontos em comum. Mas também representam alternativas e perspectivas diferentes. Se a campanha de Lula, no segundo turno, caso este se confirme, souber explorar positivamente as diferenças das alternativas e souber explicitar um projeto para o País, creio que o eleitorado terá condições, então, de optar por um projeto de governo e por um presidente. A polarização estará posta na política e nas alternativas de governo. Neste caso, Lula estará mais próximo da vitória.